

**SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA CULTURAL****ATA DA OITAVA REUNIÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO
ESTADUAL DE POLÍTICA
CULTURAL**

Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, em Belo Horizonte/MG, na sede do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG, situada na Rua da Bahia, 1.600 Lourdes Belo Horizonte, com a presença de maioria simples dos Conselheiros Titulares e Suplentes conforme assinaturas constantes na lista de presença realizou-se a presente reunião. A Secretária de Estado de Cultura e Presidente do Consec, Eliane Parreiras, dá início aos trabalhos e passa a palavra para a Secretária Executiva do Consec, Denise Liberato, que faz a leitura das justificativas de ausências e em seguida, apresenta e justifica a presença da Dra. Juliana Schmidt, procuradora responsável pela Assessoria Jurídica da SEC para assessorar nos assuntos sobre a Eleição para o próximo mandato do Consec, de Leonardo Bahia - Chefe de Gabinete, para apresentação do Plano Estadual de Cultura e do Substitutivo nº 2 do Projeto de Lei 4.568/2013 e Catiara Afonso Superintendente de Bibliotecas Públicas e Suplemento Literário para apresentação política pública de Literatura Livro e Leitura. Denise Liberato informa os destaques da pauta. A Secretária de Estado Eliane Parreiras sugere a leitura e aprovação da ata da 4º Reunião Extraordinária e o conselheiro Aníbal Macedo comenta que já havia sido definido que as atas seriam enviadas por e-mail e aprovadas em plenário devido ao tempo que a leitura da ata toma das reuniões. Eliane Parreiras informa que a ata está bastante enxuta, que não ocupará muito tempo e que é importante sua aprovação já que trata das aprovações relativas ao Regulamento Interno e ao Edital para as eleições do próximo mandato do Consec. A própria Secretária procede à leitura da ata e ao final da leitura, a mesma é aprovada pelo plenário e assinada por todos. Catiara Afonso, Superintendente de Bibliotecas e do Suplemento Literário faz apresentação sobre a política pública de Literatura Livro e Leitura no Estado. A Secretária Eliane Parreiras fala das dificuldades dos pequenos municípios em ter uma biblioteca pública e da amplitude dos programas do Estado em tal segmento. Aníbal Macedo elogia a apresentação e o trabalho desenvolvido pela superintendência e apresenta proposições a serem discutidas, e que poderiam se transformar em editais da SEC sob o formato prêmio, solicitando apoio à Comissão de Cultura da ALMG para a obtenção de recursos nas modalidades de circulação de escritores nos municípios, da realização de eventos com o intuito de fazer uma sensibilização sobre literatura, de apoio a eventos literários de grande porte e apoio à produção literária. Amílcar Martins elogia a apresentação e os dados apresentados. Maria Andrada também elogia a apresentação e informa que já usufruiu de alguns destes programas quando era Secretária de Cultura do Município de Formiga. Jota D'Ángelo fala sobre a riqueza dos dados apresentados. Gislene Marino oferece o Centro Braille da UEMG para formar uma parceria com a Superintendência de Bibliotecas e Suplemento Literário. Geralda Vieira parabeniza o trabalho e indaga sobre capacitação de responsáveis por bibliotecas no interior do Estado. Magdalena Rodrigues sugere um edital para contratação de diretores de teatro para acompanharem as excursões do carro biblioteca ao interior e prestarem oficinas locais. José de Alencar Mayrink também elogia o trabalho executado na Biblioteca Pública. Túlio Mourão também elogia o

49 trabalho executado e sugere um edital para projetos de artes visuais e música sobre livros. Catiara
50 Afonso agradece a oportunidade de apresentar o trabalho desenvolvido na Biblioteca Luiz de
51 Bessa e os elogios recebidos, solicita que o encaminhamento da sugestão feita por Aníbal Macedo
52 seja feito pelo Consec e informa que são dados cursos e assessoria também para bibliotecas de
53 escolas. Eliane Parreiras ressalta a parceria com a Secretaria de Educação, elogia o setor braile da
54 UEMG e incentiva o Conselho a seguir com as propostas realizadas para a formatação de editais, o
55 que é aprovado pelo plenário com 10 votos. A Secretária Eliane Parreiras apresenta os trabalhos
56 realizados pela Comissão Eleitoral em sua primeira reunião (Regulamento Eleitoral e o Edital).
57 Além disto, fala as datas propostas para o calendário da Eleição que é o seguinte:
58 Até 09 de maio - aprovação pelo plenário das regras da eleição;
59 Até 16 de maio - publicação do Regulamento Eleitoral;
60 21 de maio - publicação do edital, que permanecerá aberto até 23 de junho;
61 De 21 de maio a 23 de junho - inscrições das entidades;
62 01 de julho - publicação da relação das entidades habilitadas a votar e/ou indicar candidatos a
63 conselheiros e a relação dos candidatos;
64 Até 08 de julho – prazo para recursos;
65 Até 11 de julho - os recursos serão apreciados e julgados;
66 A partir de 12 de julho - divulgação da relação final dos candidatos;
67 De 12 a 24 de julho - votação por correspondência;
68 29 de julho - votação presencial em Belo Horizonte;
69 05 de agosto - publicação do resultado da eleição.
70 Setembro - posse dos novos conselheiros.

71 A Secretária Eliane Parreiras propõe que seja feita a leitura do regimento e à medida que surja
72 alguma observação discordante, o plenário a discute. A primeira discussão que surgiu foi sobre a
73 definição do que seriam "Entidades Representativas". Eliane Parreiras informa que na 4ª Reunião
74 Extraordinária foi acordado em plenário que o formato da eleição anterior seria mantido. Paulo de
75 Moraes não concorda que entidades com fins lucrativos tenha a mesma representatividade de
76 entidades sem fins lucrativos. Após debates de vários conselheiros é aprovada a manutenção do
77 formato da 1ª eleição. A relação de documentos necessários para o cadastramento das entidades
78 interessadas em votar também é aprovada. No caso de não haver representante em algum segmento
79 cultural a Secretária de Cultura consultará o Conselho visando a indicação de um representante de
80 notório saber deste segmento para que seja convidado a participar como conselheiro do Consec. O
81 formato de eleição por correspondência proposto é aprovado pelo plenário presente. Túlio Mourão
82 sugere que haja uma instância a ser consultada nos casos em que a Comissão não consiga
83 solucionar impasses. Juliana Schmidt da Assessoria Jurídica da SEC diz que neste caso, a instância
84 é a presidência do Consec. Magdalena Rodrigues enfatiza que a Comissão Eleitoral deve ser
85 soberana nas decisões dos casos omissos. É sugerido então que em casos de impasse seja feita uma
86 consulta à Secretária de Estado de Cultura. Em seguida é lida a minuta do Edital de Convocação
87 para o processo eleitoral de renovação dos conselheiros e submetidos ao plenário, ambos os
88 documentos são aprovados por unanimidade. Reabertos os trabalhos na parte da tarde, é passada a
89 palavra à Diretora de Interiorização Manuela Machado, que relata o histórico das tratativas com o
90 Minc a respeito da continuidade do programa Cultura Viva. Após sua apresentação sobre o
91 andamento das negociações com o Minc a respeito da renovação do convênio sobre os pontos de
92 cultura, Aníbal Macedo se manifesta indignado com o fato e faz as seguintes sugestões: que seja
93 feita a sua divulgação para todos os parceiros dos conselheiros da sociedade civil, que o Consec se
94 se manifeste por ofício ao Minc sobre este episódio, que seja acionado o ConeCta, por ser um
95 colegiado de Conselhos, que seja feito contato com Bernardo Matta Machado para verificar se
96 pode ajudar em algo, pois serão centenas de pontos de cultura prejudicados e indaga se o Estado
97 poderia fazer algo, uma vez que já havia previsão orçamentária para a contra partida, a ser
98 disponibilizada nos dois próximos exercícios. Janaína relata a sua reunião com o Minc dois dias
99 antes, onde enfatizou que a mudança não é meramente orçamentária, mas também uma mudança

100 de formato com repasse de recursos para pontos e pontão com CNPJ, para pontos com e sem CNPJ
101 e para coletivos sem CNPJ, o que é uma boa idéia, já que é desta forma que a SEC faz com o
102 Cenaminas e funciona bem. Ela sugere que seja feito desta forma, mas que seja precedido de
103 estudos e avaliações jurídicas. Portanto, não é uma questão apenas de contingenciamento
104 orçamentário, mas também de modelo de gestão. Paulo Morais enfatiza o seu descontentamento
105 com a situação por inviabilizar a entrada em atividades de novos pontos e que isto compromete a
106 própria ideologia do programa Cultura Viva. Diz que o Minc, ao romper o acordo proposto por ele
107 mesmo, não passa credibilidade e confiança de que vá cumprir novos convênios em 2015 e 2016 e
108 avaliza a nota de repúdio proposta por Aníbal para ser levada ao encontro da Teia em Natal. Marco
109 Aurélio concorda com a nota, mas solicita que o Estado possa utilizar os recursos comprometidos
110 com a contra partida abrindo um edital. Eliane Parreiras explica que os recursos que são destinados
111 às contra-partidas não estão no orçamento de execução rotineira e só podem ser utilizados nesta
112 destinação. Nada impede que se trabalhe neste ano para que o orçamento de 2015 contemple os 6
113 milhões com destinação específica. Jota D'Ángelo enfatiza que tal recurso só existe em função da
114 existência de uma parceria. Eliane Parreiras informa que a partir do momento que o Minc definiu a
115 possibilidade de se fazer um convênio ainda este ano com os valores drasticamente reduzidos, a
116 SEC está verificando o que pode ser feito para viabilizar a contra partida necessária, mas explica
117 que não é simples a sua execução. Paulo Morais indaga se é viável aproveitar este convênio cuja
118 contra partida é de 500 mil reais em 2014, propor uma dotação do saldo de 5,5 milhões para 2015 e
119 formatar um edital neste montante. A Secretária diz que ainda não tem respostas em função da
120 situação ser muito recente e que não acredita que o Minc se comprometa com recursos para 2015.
121 Leonardo Bahia enfatiza que as restrições do ano eleitoral impedem a formulação de programas
122 com novas configurações. Manuela Machado diz que o Minc informou que após 30 de abril deste
123 ano, por impedimentos legais, não se pode prever nada para 2015. Aníbal Macedo sugere cinco
124 encaminhamentos: solicitar uma reunião com Bernardo Matta Machado em Belo Horizonte,
125 encaminhar uma correspondência do Consec para o Minc, encaminhando-a também para a bancada
126 mineira na Câmara Federal, citando as conseqüências para os pontos de cultura, cobrando um
127 posicionamento e também para a Comissão de Cultura da ALMG, solicitando também que atuem
128 no sentido de garantirem recursos da ordem de 6 milhões de reais no orçamento do Estado
129 destinados aos pontos de cultura, cobrar do ConeCta uma posição sobre o tema, estudar com os
130 pontos de cultura como divulgar esta situação e, por último, solicitar formalmente ao governador e
131 à ALMG os recursos para 2015. Paulo Morais solicita encaminhamento de proposta à Comissão de
132 Cultura para convocação de uma audiência pública, com a presença do Minc para esclarecimentos
133 sobre o assunto. Eliane Parreiras sugere que se envolva a Comissão Estadual dos pontos de cultura
134 e Manuela Machado informa que a mesma já solicitou que a apresentação feita hoje seja
135 apresentada na reunião da Teia em Natal e lembra que o prazo para aproveitar a nova proposta de
136 convênio é 30 de junho. Sula Mavrudis concorda com tudo que foi proposto até agora e informa
137 que também estará presente na reunião da Teia. Aníbal Macedo sugere que Paulo Morais faça um
138 esboço da carta ao Minc. Túlio Mourão sugere que não seja uma carta de repúdio, mas de pedido
139 de esclarecimentos. Feito o encaminhamento, este foi aprovado por unanimidade, tendo apenas
140 uma abstenção. A seguir, Janaína Cunha, Superintendente de Interiorização e Ação Cultural, faz
141 um relato sintético sobre a 1ª fase de construção do Plano Estadual de Cultura e informa que o
142 documento completo será encaminhado a todos os conselheiros para que o estudem e se
143 manifestem. A Secretária Eliane Parreiras pede desculpas, mas deve se ausentar da reunião e
144 Aníbal Macedo passa a presidi-la. A seguir, o Chefe de Gabinete da SEC, Leonardo Bahia, faz
145 explanação sobre o Substitutivo nº 5 do projeto de lei que estabelece “Cidades como Capitais
146 Culturais do Estado de Minas Gerais”. Leonardo Bahia explica que o substitutivo foi obtido após
147 negociações da SEC com o deputado autor do projeto, aumentando o nº de cidades e estabelecendo
148 que o Consec seja ouvido quando da indicação de alguma cidade. Aníbal Macedo pergunta sobre
149 os parâmetros que nortearam a indicação das demais cidades e sugere que um critério poderia ser a
150 existência de um plano municipal de cultura e questiona a ausência de indicação para Mariana e

151 Itabira. Leonardo Bahia informa que a indicação de Itabira foi objeto da negociação, mas que a
152 Semana Drumondiana ainda estava sem data confirmada e sugere que a nova formação do Consec
153 se encarregue de fazer esta indicação no futuro. Aníbal Macedo sugere que o Consec determine
154 que qualquer cidade indicada deva se comprometer em alinhar-se ao SNC e que atenda a pelo
155 menos cinco obrigações que a adesão implica e solicita que este assunto entre em pauta para a
156 próxima reunião. Maria Andrada concorda que devam existir critérios rígidos para a concessão.
157 Magdalena Rodrigues fala sobre os motivos das indicações e sugere outros critérios para a
158 concessão, mas afirma que é contra este projeto de lei. Jota D'Ângelo também critica o Projeto de
159 Lei, sugere que o formato deveria ser de candidaturas a serem examinadas por uma comissão e
160 nunca por lei. Aníbal Macedo solicita a adesão do Consec a uma proposição no sentido de
161 comunicar aos deputados da Comissão de Cultura que, se a lei for votada sem uma audiência
162 pública, o Consec irá pedir a inconstitucionalidade da mesma. Marco Aurélio concorda. Sula
163 defende o formato de candidaturas, com apresentação de projetos. Aníbal Macedo informa que na
164 próxima quarta-feira haverá uma audiência pública na Assembléia sobre esta lei e informa também
165 que conversou com Luzia Ferreira sobre o teor das discussões deste projeto de lei no Consec.
166 Denise Liberato apresenta as composições das Câmaras Temáticas e cobra sugestões dos
167 conselheiros sobre o site. Marco Aurélio sugere a presença da diretora de áudio visual na próxima
168 reunião do Consec para falar sobre a possibilidade de suplementação do Edital do Filme em Minas.
169 Sula Mavrudis destaca a reinauguração do Teatro Marília. Nada mais havendo a tratar, Aníbal
170 Macedo declara encerrada a 8ª Reunião Ordinária do Consec.

171
172
173
174
175
176
177
178
179
180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
190
191
192